



Informe Jurídico

Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina
SINTRAJUSC - 16 setembro de 2016 - Nº 7

FIQUE ATENTO AOS SEUS DIREITOS!

Acompanhe o andamento das principais
Ações do SINTRAJUSC em benefício dos servidores



**NOSSA LUTA TAMBÉM É SUA!
FILIE-SE AO SINDICATO!**

Veja algumas Ações Coletivas propostas pela Assessoria Jurídica do Sindicato

As informações nestas páginas foram atualizadas pelo escritório Pita Machado Advogados, Assessor Jurídico do SINTRAJUSC, e referem-se às ações que beneficiam a categoria

01) Revisão geral anual

Autuação e número: 07/12/2001, sob o nº 2001.72.00.009566-6

Histórico resumido: Ajuizada ação, com pedido de antecipação de tutela, visando a recomposição salarial dos substituídos ou a indenização em valor correspondente às diferenças. Indeferida a tutela, sem posterior reversão. Sobreveio sentença de improcedência. Apelação interposta, o TRF4 deu parcial provimento ao apelo, condenando a UF ao pagamento da indenização devida aos substituídos. A UF interpôs REsp e RExt. Ambos admitidos, foram remetidos aos Tribunais Superiores. O STF deu provimento ao recurso da UF. Interposto AgRg pelo Sindicato, foi provido determinando a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que seja observado o disposto no art. 543-B do CPC, visto que no recurso discutia-se questão idêntica à apreciada no RE 565.089/SP. Os autos retornaram ao TRF4 e foram sobrestados por se tratar de matéria com repercussão geral reconhecida pelo STF, onde aguardam decisão (TEMA 19).

02) Extensão da Lei 11.416/2006 (PCS3) aos aposentados

Autuação e número: 10/09/2009, sob o nº 2009.72.00.010356-0

Histórico resumido: Ajuizada a ação, a antecipação de tutela foi indeferida, sem reversão no TRF4. Sobreveio sentença de improcedência. A apelação interposta foi parcialmente provida, assegurando aos servidores que se beneficiaram das regras de transição especificadas nos art. 2º e 3º da EC 47/2005 os efeitos remuneratórios da Lei nº 11.416/06. O REsp apresentado pelo Sindicato, visando ampliar a condenação, não foi admitido, ensejando AResp, igualmente negado. O Agravo Regimental apresentado foi provido, reconsiderando a decisão impugnada e determinando o exame do Agravo em Recurso Especial, o que se aguarda.

03) Isonomia entre chefes de cartório (interior e capital) na J. Eleitoral

Autuação e número: 20/10/2009, sob o nº 2009.72.00.011809-4

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi rejeitada a antecipação de tutela, sem reversão posterior. No mérito, sobreveio sentença improcedente. Após apelação e contrarrazões das partes, foi mantida a decisão da Origem. ED do Sindicato foi provido para prequestionar a matéria e REsp e RExt apresentados, admitidos. Remetido ao STJ, o REsp está concluso para decisão do relator, Min. Benedito Gonçalves.

04) Não incidência de Imposto de Renda (IR) sobre juros da URV

Autuação e número: 23/04/2010, sob o nº 5002614-

23.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de procedência. O apelo da UF, com contrarrazões, foi ao TRF4, que manteve a decisão. Após EDs para prequestionamento da UF, o REsp foi admitido. No STJ (nº 1328526), foi determinada a devolução dos autos à origem para aguardar a definição do Tema 878 (STJ) e Tema 808 (STF).

05) Inclusão da VPI (Lei 10.698) nas Férias e Grat. Natalina

Autuação e número: 15/03/2010, sob o nº 5001212-04.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de parcial procedência, reconhecendo a inclusão da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) apenas no 13º salário. Com apelações e contrarrazões, o TRF4 manteve a decisão da origem. O REsp interposto pelo Sindicato foi provido, assegurando a inclusão da VPI também no terço constitucional de férias, enquanto ao REsp da União foi negado provimento. Aguardam apreciação os RExts das partes.

06) Extensão da GAS aos aposentados

Autuação e número: 16/03/2010, sob o nº 5001297-87.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi proferida sentença de improcedência. O TRF4 deu parcial provimento à apelação, assegurando a extensão aos inativos "até que haja a efetiva implementação (...) dos critérios de pagamento diferenciado". Após EDs não providos, foram apresentados REsp e RExt, admitidos. No STJ (nº 1443302) foram providos, determinando-se o retorno dos autos ao TRF4 para apreciação dos EDs, onde, atualmente, aguardam julgamento sob a relatoria da Des. Fed. Vivian Caminha.

07) Pagamentos das FCs na Greve de 2006 - TRT12

Autuação e número: 07/10/2009, sob o nº 2009.72.00.011355-2

Histórico resumido: Ajuizada ação visando evitar descontos referentes ao exercício de funções comissionadas em caráter temporário, a antecipação de tutela foi deferida após a contestação. Sobreveio sentença de procedência, reconhecendo a ilegalidade do ato administrativo. Enviado ao TRF4 sentença foi reformada por maioria. Embargos infringentes foram improvidos. Interpostos EDs, foram parcialmente providos para prequestionamento. Interpostos REsp e RExt, após contrarrazões da UF, foi admitido o Especial e obstando o Extraordinário. Após AIRExt pelo Sindicato, o REsp foi enviado ao STJ onde, monocraticamente, não foi conhecido. Apresentado o AgRg, o mesmo foi provido para restabelecer a sentença, ensejando novo AgRg, agora da UF, ao qual foi negado provimen-



EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118 – sobreloja, sala 3 – Edifício Jorge Daux – CEP 88010-640 – Centro – Florianópolis/SC – Fone/FAX: (048)3222.4668 imprensa@sintrajusc.org.br www.sintrajusc.org.br - Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Ilustração: Mendes Tiragem: 2.500 exemplares

to. Da decisão denegatória, a União opôs ED que foi acolhido com efeito modificativo para negar provimento ao REsp do Sintrajusc, ensejando EDs do Sindicato que foram rejeitados.

08) Correção da VPNI referente aos CJ1 a CJ4

Autuação e número: 23/04/2010, sob o nº 5002602-09.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, a União contestou o feito e impugnou o valor da causa. Após tramitar regularmente, o incidente de impugnação ao valor da causa foi julgado parcialmente procedente. Definida a questão, sobreveio sentença de improcedência. Mantida a decisão no TRF4, o Sindicato interpôs REsp e RExt, sendo ambos admitidos. Negado seguimento ao REsp, o Agravo interno provido tornou sem efeito a decisão denegatória do REsp e deu parcial provimento ao mesmo, a fim de anular o acórdão de ED e determinar o retorno dos autos ao TRF4, para novo julgamento.

09) Imposto Sindical - Não incidência sobre os vencimentos

Autuação e número: 06/04/2010, sob o nº 5001993-26.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada ação, foi deferida a antecipação da tutela obstando os descontos. Citada, a União não contestou. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), por sua vez, contestou o feito. O juiz declinou a competência e os autos foram remetidos ao STJ. Em AI ao TRF, foi reformada a decisão. Retomado o curso do processo, sobreveio sentença de procedência, declarando a inexigibilidade do desconto da contribuição sindical para os servidores públicos federais. Não tendo havido recurso, o feito foi remetido ao TRF em razão do reexame necessário, restando determinado que "as autoridades coatoras se abstenham de efetuar o recolhimento da contribuição sindical". A decisão transitou em julgado e os autos retornaram à Origem.

10) Não incidência de IR sobre o terço de férias

Autuação e número: 14/10/2010, sob o nº 5009218-97.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi julgada improcedente. Após apelação, foi mantida a decisão pelo TRF4. EDs igualmente não providos. O REsp apresentado foi sobrestado por se tratar de matéria com repercussão geral reconhecida pelo STF, onde aguarda decisão (Tema 163).

11) Não incidência de PSSS sobre adicionais de férias e horas extras

Autuação e número: 16/03/2010, sob o nº 5001252-83.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada ação, sobreveio sentença de procedência. A apelação da UF não foi provida e, após EDs igualmente não providos, foi apresentado REsp. Quando do juízo de admissibilidade, entendendo ter havido definição do STJ divergente (Tema 431), foram os autos remetidos ao órgão julgador do TRF4 para novo julgamento. Foi dado parcial provimento à apelação e à remessa oficial, ensejando EDs do Sindicato. Não providos, foram apresentados novos EDs, que aguardam julgamento.

12) Extinção dos Cargos de Agentes de Segurança - Res. 76/09 do TRT12

Autuação e número: 27/01/2011, sob o nº 5000519-83.2011.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de improcedência. Após apelação e contrarrazões da UF, o TRF4 man-

teve a decisão. Interpostos REsp e RExt, ambos foram admitidos. Remetidos ao STJ (nº 1430989), aguardam julgamento.

13) IR sobre pagamentos acumulados (administrativos e judiciais) mensais, e não acumulados

Autuação e número: 07/04/2011, sob o nº 5003334-53.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada ação, sobreveio sentença de procedência, declarando o direito de calcular o IR sobre os pagamentos mensais, e não sobre o total acumulado. A UF interpôs apelação. O TRF4 deu parcial provimento para, reconhecendo o direito, limitá-lo a partir de junho de 2005 até o ano-calendário de 2010. Os REsp (nº 1488965) apresentados pelas partes foram admitidos e, no STJ, após parecer do MP, aguardam julgamento sob a relatoria do Min. Benedito Gonçalves.

14) Quintos - Justiça do Trabalho - Substituição Processual

Autuação e número: 07/03/2008, sob o nº 2008.72.00.002525-7

Histórico resumido: Ajuizada a ação, o juiz extinguiu o processo sem resolução do mérito, sustentando ausência de interesse de agir. O TRF4 deu provimento à apelação do Sindicato, afastando a ausência de interesse de agir e reconhecendo o direito dos autores. Após EDs para prequestionamento, a UF interpôs REsp e RExt. Atualmente, o processo encontra-se sobrestado, aguardando definição da repercussão geral no Supremo - Tema 395.

15) Quintos - Justiça Federal - Substituição Processual

Autuação e número: 09/12/2008, sob o nº 2008.72.00.013969-0

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de procedência parcial. As partes apelaram ao TRF4, sendo parcialmente provido os apelos, para reduzir honorários e abranger todos os servidores como beneficiários. Admitidos ambos os REsp, foram remetidos ao STJ, sem que houvesse alteração no julgado. O RExt interposto pela UF foi sobrestado para aguardar definição da repercussão geral no Supremo - Tema 395.

16) Extensão do reajuste das CJ1 a CJ4 à remuneração das FC1 a FC6

Autuação e número: 14/04/2011, sob o nº 5003738-07.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada ação, foi indeferida a AJG. Sobreveio sentença de improcedência. Apelação interposta, o TRF4 manteve a decisão. EDs para prequestionamento providos. Interposto REsp, e após as contrarrazões da UF, foi admitido. No STJ (nº 1486237) aguarda julgamento sob a relatoria da Des. Convocada Diva Malerbi.

17) Não incidência de IR sobre juros moratórios

Autuação e número: 17/05/2011, sob o nº 5004780-91.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de procedência. Recebida a apelação, o TRF4 deu parcial provimento, limitando a restituição do IR à prescrição quinquenal. EDs da UF acolhidos, sanando-se omissão e erro material. Interposto REsp pela UF. Após contrarrazões e admissão, foi remetido ao STJ (nº 1447307), onde foi determinada a devolução dos autos à origem para aguardar a definição do Tema 878 (STJ) e Tema 808 (STF).

18) Descontos dos dias de Greve de 2010

Objeto: Suspensão do ato da Presidência do TRT12 que determinou o desconto dos dias não trabalhados em razão da Greve e a devolução dos valores descontados

Data da atuação: 28/07/2010 - Medida Cautelar nº 17085 (STJ)

Histórico resumido: Ajuizada a cautelar preparatória, foi deferida pelo relator, Min. Castro Meira. Interpostos EDs para beneficiar todos os integrantes da categoria, como requerido ao início. A União interpôs AgRg, obtendo a parcial reconsideração da decisão para permitir os descontos na remuneração dos grevistas, mantido o impedimento de retaliações que representassem prejuízo administrativo e funcional aos grevistas. Os EDs restaram prejudicados. Sobreveio reconhecimento de incompetência do STJ na Pet. 8096, acarretando a determinação de remessa ao TRF4. A UF apresentou AgRg, desprovido, e EDs, igualmente não providos. A UF interpôs então REExt. Admitido, foi enviado ao STF (nº 679123), onde foi negado conhecimento em decisão monocrática do Min. Marco Aurélio, confirmada posteriormente. Os autos foram enviados ao STJ e, após, ao TRF4. No Regional (nº 0000142-64.2014.404.0000), foi dado parcial provimento para impedir o lançamento dos dias de greve como falta injustificada. Foram apresentados EDs pelo Sindicato, acolhidos com efeitos infringentes, para constar que eventuais descontos somente incidem se o servidor não compensar os dias parados. Foram interpostos REsp e REExt. Admitidos, o REsp (nº 1548447) foi monocraticamente negado, ensejando AgRg igualmente desprovido. Remetido ao STF para processamento do REExt, foi sobrestado e enviado ao TRF4, diante da repercussão geral sobre o tema (531).

19) Alterações no Programa de Assistência à Saúde da J. Federal

Autuação e número: 29/07/2011, sob o nº 5009580-65.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, a Administração suspendeu o recolhimento dos R\$ 50,00 (cinquenta reais). Sobreveio sentença de improcedência e foram rejeitados os EDs. Interposta a apelação, foi parcialmente provida para declarar o reconhecimento jurídico do pedido, tendo havido posterior trânsito em julgado da ação.

20) LTS x prazo para registro do afastamento. Nulidade da Portaria PRESI 1.125/2008 do TRT12

Autuação e número: 08/09/2011, sob o nº 5012469-89.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi deferida a antecipação de tutela. A UF agravou sem êxito. Sobreveio sentença de procedência da ação. EDs acolhidos, determinaram a restituição dos valores eventualmente descontados pela aplicação da Portaria atacada. EDs da União foram rejeitados. Apelações interpostas, o TRF4 manteve a decisão da Origem. EDs da UF com efeitos infringentes reverteram a decisão. Apresentado e admitido o REsp, foi remetido ao STJ onde, provido, impôs o retorno dos autos ao TRF4 para assegurar ao Sindicato a apresentação de contrarrazões aos EDs com pedido de efeito infringente da UF. Aguarda a baixa.

21) Aproveitamento no TAF para percepção da GAS - Ilegal exigência. Nulidade da Portaria PRESI nº 64/2011 do TRT12

Autuação e número: 20/07/2011, sob o nº 5008724-04.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, o pedido de antecipação de tutela foi indeferido, sem posterior reforma. Sobreveio sentença de improcedência. Apelação remetida ao TRF4, onde foi mantida a decisão. Os EDs apresentados pelo Sindicato aguardam julgamento.

22) Cômputo do Curso de Reciclagem Anual para percepção do Adicional de Qualificação

Autuação e número: 24/11/2011, sob o nº 5018216-20.2011.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, houve julgamento de improcedência. Apelação interposta, os autos foram remetidos ao TRF4, onde foi negado provimento à apelação. Após parcial provimento aos EDs, foram admitidos os REsp e o REExt. Com a remessa ao STJ, o REsp foi conhecido e provido para determinar o retorno dos autos ao TRF4 para apreciação completa dos EDs.

23) Auxílio Alimentação - Pagamento a menor - Ilegalidade

Autuação e número: 27/09/2012, sob o nº 5017923-16.2012.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de parcial procedência. Apelações e contrarrazões apresentadas, os autos foram remetidos para o TRF4 onde, julgados, foram parcialmente providos. Apresentado REsp pelas partes e REExt pela UF. Não admitido o REExt, e admitido ambos os REsp, os autos foram remetidos ao STJ, onde o recurso da UF foi monocraticamente negado e, em AgRg, confirmada a decisão, definindo o mérito. O recurso do Sindicato foi sobrestado até a decisão dos acórdãos dos recursos representativos da controvérsia (Tema 905).

24) Ad. de Penosidade - Regulamentação pelo MPU - Direito Análogo

Autuação e número: 08/05/2013, sob o nº 5009396-41.2013.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação com pedido de tutela antecipada, a mesma foi indeferida. Sobreveio sentença de improcedência. O Sindicato apelou e, no TRF4, foi negado o provimento. Parcialmente providos os EDs para prequestionamento, foi admitido o REsp do Sindicato. Remetido ao STJ, não foi provido, sendo interpostos EDs, que aguardam julgamento.

25) Reenquadramento funcional - Passivo decorrente

Autuação e número: 07/02/2014, sob o nº 5002090-84.2014.404.7200

Histórico resumido: Requerido o pagamento das parcelas em atraso, relativas ao reenquadramento operado pela Portaria Conjunta nº 04/2013 c/c o Ato nº 947 de 29.10.2013, sobreveio sentença de parcial procedência. O TRF4 manteve a sentença e, após EDs para prequestionamento, foram admitidos os REsp e REExt interpostos. Remetidos ao STJ, aguardam julgamento.

26) J. Federal - Ajuda de custo nas Remoções a Pedido

Autuação e número: 12/09/2014, sob o nº 5029053-32.2014.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação visando o pagamento da ajuda de custo devida aos servidores da Justiça Federal em decorrência das remoções a pedido. Sobreveio a sentença de procedência. A UF interpôs apelação, que aguarda julgamento perante o TRF4.

27) Nulidade de Portaria do TRT12 que impõe a perda do direito de gozo das férias em face da concessão de licença para tratamento de saúde

Autuação e número: 10/09/2014, sob o nº 5028815-13.2014.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada com pedido de antecipação de tutela, visando o reconhecimento do direito a férias dos servidores, sem prejuízo do eventual gozo de licença para tratamento da própria saúde, e a declaração da nulidade do parágrafo único do art. 19 da Portaria nº 374/2011 do TRT12, na parte em que determina a perda

do direito a férias nas circunstâncias ali previstas. Deferida na Origem a liminar, foi mantida perante o TRF4. Sobreveio sentença de procedência, ensejando apelação da UF que, remetida ao TRF4, não foi provida, tendo transitado em julgado a ação.

28) Percepção do auxílio-natalidade pelos pais adotantes. Igualdade de tratamento concedido aos pais naturais

Autuação e número: 02/09/2014, sob o nº 5028001-98.2014.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação visando reconhecer o direito dos adotantes ao pagamento do auxílio-natalidade, nos mesmos moldes em que é concedido para os servidores com filhos naturais. Após contestação e réplica, sobreveio sentença improcedente. Interposta apelação, restou reconhecido o direito dos pais adotantes, ativos ou inativos, perceberem o auxílio-natalidade. Foram interpostos EDs pelas partes que aguardam apreciação.

29) PSSS sobre Adicional de Qualificação das Ações de Treinamento - Não incidência

Autuação e número: 23/10/2015, sob o nº 5022100-18.2015.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação visando reconhecer a não incidência, e a consequente restituição, da contribuição previdenciária sobre o adicional de qualificação decorrente das ações de treinamento, sobreveio sentença procedente. A UF apelou e os autos foram remetidos ao TRF4, onde aguardam julgamento.

30) Greve 2015 - Não desconto dos dias de movimento após liminar do CNJ - J. Trabalho

Autuação e número: 16/10/2015, sob o nº 5021649-90.2015.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação visando incluir na negociação dos dias de greve os posteriores a 22.09.2015, em razão da liminar concedida pelo CNJ, a antecipação de tutela foi indeferida, sem reversão posterior. Autos encontram-se conclusos para sentença.

31) Conversão em Pecúnia de Licença Prêmio não gozada

Autuação e número: 24/03/2010, sob o nº 5001556-82.2010.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação visando à conversão em pecúnia do saldo de licença prêmio não gozada. Sobreveio sentença procedente. Apelação da UF não foi provida. Após EDs da UF, foi negado seguimento ao seu REsp, transitando em julgado a ação.

32) Concessão de licença à servidora adotante em iguais condições da licença-gestante

Autuação e número: 12/09/2014, sob o número 5029078-45.2014.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação com pedido de tutela antecipada, a mesma foi deferida em conjunto com a sentença de procedência, reconhecendo o direito das servidoras substituídas ao benefício de licença-adoção nos seguintes moldes: (a) o gozo de 120 (cento e vinte) dias, bem como a sua prorrogação em mais 60 (sessenta) dias, na hipótese de a criança deter até 1 (um) ano de idade, a partir da equiparação da licença-adotante à licença-gestante e (b) o gozo de 40 (quarenta) dias de licença, mais 20 (vinte) dias de prorrogação, na hipótese de a criança deter mais de 1 (um) ano de idade, mantendo-se a proporção já estabelecida na própria Lei nº. 8.112/1990 e Decreto nº. 6.690/2008. A UF interpôs apelação, que aguarda apreciação perante o TRF4.

33) Portaria TRT/12 158/2015. Regulamento Disciplinar dos Agentes de Segurança do TRT da 12ª Região. Invalidez

Autuação e número: 09/07/2015, sob o nº 5013752-11.2015.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação com pedido de tutela antecipada, foi indeferida, sem posterior reversão. Sobreveio julgamento do processo sem resolução de mérito. A apelação interposta pelo Sindicato foi remetida ao TRF4, sendo mantida a decisão da Origem. Após EDs providos para prequestionamento, foi apresentado REsp que aguarda juízo de admissibilidade.

34) Isonomia entre chefes de cartório do interior e da capital. Exigibilidade das parcelas desde a publicação da Lei 13.150/2016 até a efetiva implementação da FC06. Dever da Administração de resguardar os valores retroativos.

Autuação e número: 07/09/2016 sob o nº 502066657.2016.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação visando o resguardo dos retroativos da Lei 13.150 aos chefes de cartório. Os autos aguardam contestação da União.

35) Ação dos 14,23% - Representação Processual -Primeiro grupo.

Autuação e número: 22/12/2015, sob o nº 0075013-97.2015.4.01.3400

Histórico resumido: Ajuizada na Justiça Federal do Distrito Federal - JFDF, visando declarar o direito dos representados processuais ao reajuste no índice correspondente à diferença entre o índice de 14,23% e o índice que efetivamente receberam com a concessão da VPI a partir de 01.05.2003, independentemente da data de ingresso, no serviço público, a incidir sobre todas as parcelas remuneratórias que lhes forem devidas. Apresentada a contestação por parte da UF, o Sindicato apresentou réplica. Os autos aguardam conclusão para sentença.

36) Ação dos 14,23% - Representação Processual -Segundo grupo

Autuação e número: 06/09/2016 sob o nº 0053513-38.2016.4.01.3400

Histórico resumido: Ajuizada na Justiça Federal do Distrito Federal - JFDF, visando declarar o direito dos representados processuais ao reajuste no índice correspondente à diferença entre o índice de 14,23% e o índice que efetivamente receberam com a concessão da VPI a partir de 01.05.2003, independente da data de ingresso, no serviço público, a incidir sobre todas as parcelas remuneratórias que lhes forem devidas. Aguarda despacho inicial.

37) TRE - Diferenças de horas extras - Divisor 175

Autuação e número: 21/10/2015, sob o nº 5021994-56.2015.4.04.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação visando o pagamento das diferenças de horas extraordinárias, considerado o divisor 175. Sobreveio sentença de procedência. A UF interpôs apelação visando reforma da sentença e os autos foram remetidos ao TRF4.



CURTA O SINTRAJUSC!

/sintrajusc.sindicatodostrabalhadores



Mandados de Injunção

01) Aposentadoria especial - Insalubridade e Periculosidade

Autuação e número: 21/05/2009, sob o nº 1131

Histórico resumido: Impetrado, prestadas as informações e emitido parecer da PGR pela procedência parcial do pedido, o pleito foi levado a julgamento. Após o voto do Min. Marco Aurélio (relator), acolhendo o pedido, pediu vista o Ministro Ayres Britto. O julgamento monocrático requerido não foi deferido. Aguarda a conclusão do julgamento. Paralelamente, o STF aprovou a Súmula Vinculante 33, disciplinando a matéria. Aguarda julgamento, agora sob a relatoria do Min. Roberto Barroso.

02) Aposentadoria Especial - Oficiais de Justiça - Risco de Vida

Autuação e número: 21/05/2009, sob o nº 1132

Histórico resumido: Impetrado, foi concedida a ordem para garantir a aposentadoria especial aos OJ, à luz do disposto nos artigos 57 e 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Por não se tratar de caso que guarde correspondência com os artigos em questão (risco de vida), foram apresentados EDs. Recebido como agravo regimental, não foi provido. Opostos novos EDs, foram eles igualmente desprovidos. O feito transitou em julgado.

03) Aposentadoria Especial - Agentes de Segurança - Risco de Vida

Autuação e número: 20/08/2009, sob o nº 1756

Histórico resumido: Impetrado, foi julgado parcialmente procedente, para determinar a aplicação do artigo 57 da Lei nº 8.213/91 ao caso. Diante da decisão apresentaram-se EDs (por não se tratar de caso que guarde correspondência com o artigo em questão) que, por despacho, foi convertido em agravo regimental. A assembleia dos interessados decidiu pela desistência do recurso para que a decisão transitasse em julgado. Houve homologação do pedido, transitando em julgado em 31/05/2012. O processo encontra-se arquivado.

04) Aposentadoria Especial - Portadores de Necessidades Especiais

Autuação e número: 23/04/2010, sob o nº 2756

Histórico resumido: Impetrado, foi julgado procedente, para determinar a aplicação dada na Lei nº 8.213/91 ao caso. Diante da decisão, foram apresentados EDs (por não se tratar de caso que tenha correspondência com o artigo em questão), que ainda aguardam julgamento. Foi, após, deferido o pedido de prioridade na tramitação do processo. Os autos estão conclusos ao relator, Min. Marco Aurélio.

05) Revisão Geral de Vencimentos

Autuação e número: 23/09/09, sob o nº 1904

Histórico resumido: Impetrado, foram prestadas as informações pelo Presidente da República e, por fim, apresentado o parecer da Procuradoria Geral da República pela procedência parcial do pedido. Logo após, houve despacho alegando que o parecer do MPF foi formalizado com base em premissas estranhas ao tema versado na espécie. Assim, em maio, remeteram-se os autos ao PGR. Os autos retornaram com novo parecer favorável e estão conclusos com o relator, Min. Marco Aurélio.

Sede social do Campeche

Rodrigues Viana



Agende-se para usufruir, comunique cancelamentos

A diretoria do Sintrajusc solicita aos filiados e filiações que ocupam a sede social (Praia do Campeche) no final do ano que desmarquem com bastante antecedência se desistirem da reserva. Muitos colegas estão sendo prejudicados porque não conseguem fazer reserva, visto que quem cancela o faz em cima da hora e impede que outros interessados ocupem os apartamentos e usufruam da sede. O problema é maior no recesso de final de ano.

O prazo de cinco dias previsto no regulamento da sede é suficiente fora da temporada, mas, na temporada, pedimos que o cancelamento de reservas seja feito pelo menos até 2 duas semanas antes do recesso, para não prejudicar outros interessados que, nesse período, terão tempo de se organizar e também fazer sua reserva.

No Estatuto:

Art. 9º - A desistência da reserva deverá ser comunicada à administração com antecedência de no mínimo 05 dias, sob pena de pagamento da taxa fixada no art. 3º deste regulamento, mais uma multa de R\$ 50,00, (Cinquenta Reais).

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo motivo de "força maior", devidamente comprovado, por parte do requerente, que cause o cancelamento da reserva, a diretoria decidirá sobre a cobrança ou não da importância correspondente à taxa de manutenção.

Parágrafo Segundo - A caracterização da "força maior" de que trata o presente artigo deverá ser comunicada o mais breve possível.

ATENDIMENTO JURÍDICO NO SINDICATO

Toda quinta-feira, das 9 às 11 horas, a Assessoria Jurídica do SINTRAJUSC presta atendimento diretamente na sede do Sindicato (Rua dos Ilhéus, 118 - Centro, Florianópolis). Agende seu horário pelos telefones (48)3222-4668 ou (48)3222-6766.